

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Fernando Mezadri

Objetivos

A finalidade deste material é a de que você saiba:

- situar a educação e o seu desenvolvimento no panorama da história brasileira;
- entender os principais movimentos ligados à educação no contexto cultural e sociopolítico brasileiro.

Iniciando o estudo

O percurso da educação no contexto brasileiro, ancorado em Cunha (2012, p. 5),

[...] faz com que pensemos que os caminhos equivocados percorridos devam ser exemplos para que a sociedade atual pense em uma educação voltada para a inclusão e diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, assinalando para um futuro mais digno e justo.

Essa observação é uma apreciação relevante frente ao papel que o estudo da educação, a partir da ciência da História, permite a todos e todas aqueles e aquelas que desejam adotar uma postura crítica ante os eventos, fatos e fenômenos ocorridos no Brasil possíveis de serem estudados sob a perspectiva da educação.

Para fins didáticos, os principais períodos históricos da educação brasileira que serão tratados neste texto são listados no quadro 1.

Quadro 1 - Períodos históricos brasileiros

Durante o período colonial	1500-1822
Período Imperial	1822 - 1889
Primeira República	1899 - 1930
Após a Revolução de 1930	1930 - 1937
Estado Novo	1937 - 1945
Governo Populista	1945 - 1964
Regime Militar	1964 - 1985
Pós abertura democrática	1985 - atual

Fonte: Elaborado pelo autor

1 Etapas do processo do desenvolvimento da educação no Brasil

Podemos considerar que o processo de educação no Brasil teve início com a Companhia de Jesus, em 1549, por meio de um trabalho educativo e missionário que tinha como propósito original a catequização e instrução dos povos originários.

O trabalho da Companhia de Jesus no campo missionário e da educação se estende até 1759, ano em que se dá a expulsão dessa Companhia das terras brasileiras a partir das mudanças provocadas em virtude das reformas administrativas encabeçadas por Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, com as chamadas 'Reformas pombalinas'.

1.1 As Reformas Pombalinas

As mudanças ocorridas entre os anos de 1760 e 1808 em todas as colônias portuguesas foram chamadas de Reformas Pombalinas, em que seu maior objetivo foi o de modernizar a administração pública e reorganizar o ensino no Brasil. Desde a

saída da Companhia de Jesus até o início do ciclo dessas reformas, houve um hiato de 10 anos no atendimento da educação no Brasil.

Como a vigência dessa Reforma, a introdução de 'matérias práticas' no itinerário educativo, tais como o desenho, a aritmética, a geometria, a língua francesa e as ciências naturais, configura uma ruptura evidente em relação à forma como vinha se dando a educação brasileira, até então, capitaneada pelos jesuítas. A partir desse novo modelo, foram dados os primeiros passos para a criação de um ensino público por meio das 'aulas régias'.

As aulas régias consistiam em professores - remunerados pela coroa portuguesa - que iam ao encontro das pessoas nas regiões de maior densidade populacional. Eles atendiam pessoas sem idades sistematizadas e eram mal remunerados e mal preparados para o exercício das funções.

1.2 A educação no período imperial

Com a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, houve um incremento no desenvolvimento cultural no país. A criação de escolas e de universidades fez parte desse movimento. O papel das escolas foi o de preparar academicamente os filhos da nobreza portuguesa e da aristocracia local. Exemplo dessas criações foram o Colégio Pedro II (1837), no Rio de Janeiro, e a Escola de medicina, na Bahia (1808).

A primeira Constituição Brasileira, datada de 1824, garantia a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Nos anos seguintes, com um ato adicional promulgado em 1834 e com a nova constituição de 1891, deu-se a descentralização do ensino. Contudo, algumas características evidenciam fragilidades nessa mudança do regime educacional em curso no Brasil, como a ausência de uma rede organizada de escolas, o privilégio dos locais populosos, e a não qualificação dos docentes por parte do Estado.

No tópico seguinte, veremos que, mesmo com a independência, o desenvolvimento da educação no Brasil não alcançou avanços significativos. A guinada substancial vai ocorrer com a chamada Escola Nova.

1.3 A educação pós Independência do Brasil

Mesmo após a independência do Brasil em relação à Portugal, no ano de 1822, a educação vigente - elitizada durante o período Imperial - não contabilizou muitos avanços práticos. Ou seja, a gratuidade do ensino não rendeu investimentos em educação, nem em pessoal, em material ou em espaço físico. Nesse bojo, as classes populares do país foram as mais afetadas. Os filhos das famílias mais ricas tinham acesso facilitado ao colégio, e poderiam cursar universidades em Portugal. Desse modo, uma das heranças do período imperial brasileiro na Constituição Republicana de 1891 foi a manutenção da dualidade do sistema escolar: boas e poucas escolas para as elites e escolas de qualidade duvidosa para os demais.

1.4 A educação no período da Revolução de 1930

O Brasil vivia um momento de efervescência ideológica no campo político na época da Revolução de 1930. Por efeito, as discussões e transformações no campo educacional não ficaram para trás. Com o decreto nº 19.820, de 11 de abril de 1931, é criado o Ministério da Educação. Fez parte deste decreto e do Ministério: a Lei das Universidades em 1931, a criação da USP (1934), a gratuidade no ensino primário, entre outras. Isso foi um grande avanço para as garantias do ensino a todas as pessoas. E podemos dizer que a criação das secretarias de Educação dos Estados é uma ocorrência desse contexto também.

As mudanças em curso foram garantidas na Constituição de 1934 que já fazia constar em seu texto um capítulo exclusivo sobre a Educação e o modo de sua organização no território nacional. Mesmo com forte controle ideológico promovido pelo governo de Getúlio Vargas, vai sendo estruturada uma grande rede Estadual de Ensino. Concomitantemente, em 1942 temos o início do Ensino Industrial e, no mesmo ano, surgem as escolas do SENAI, que são direcionadas, especialmente, às camadas mais pobres da população.

1.5 Educação no Estado Novo e Governo Populista

No final do chamado Estado Novo (1937-1945), deu-se início ao Governo Populista (1945-1964). Foi nesse governo que foi promulgada uma nova Carta Magna, a Constituição de 1946, que estabelecia com mais firmeza alguns direitos garantidos pela Constituição de 1934. Entre estes, podemos destacar a educação como um direito de todos. Tal direito fica claramente expresso no Art. 166 da mesma Constituição. Já no ano de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação do país (LDB).

É nessa época, inclusive, que as ideias do pedagogo pernambucano Paulo Freire (1921-1997) ganham repercussão nacional, em especial seus métodos de alfabetização e de educação da população carente. Suas teorias apresentam grande influência nos meios acadêmicos e movimentos sociais que tinham como pauta a educação como forma de posicionamento crítico e autonomia do pensamento humano.

Entre tantos pensamentos extraídos de suas obras, destaque para:

a) *Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo;*

b) *Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.*

1.6 Educação durante Regime Militar (1964 - 1985)

Durante o governo marcado pelo Regime Militar, foi feita a oficialização do ensino profissionalizante e do tecnicismo pedagógico. Pela Lei nº 5.540/68, o governo promoveu a Reforma Universitária e inaugurou a criação de vestibulares como forma de acesso ao ensino superior. E, com a Lei nº 5.692/71, reformulou-se o ensino de 1º e 2º graus.

Na esteira da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1971, fica obrigatória a conclusão do ensino primário fixado em oito anos. Nesse mesmo ano, adotou-se a nomenclatura de 1º grau e 2º grau para os níveis de escolaridade. É nessa segunda fase escolar que se procura imprimir um caráter mais técnico ao ensino em

razão da preferência dos militares que comandavam o país. Essa ideia prevaleceu até 1982.

1.7 A Educação pós redemocratização (1988)

Em 1988 foi promulgada uma nova Constituição, a qual instituiu o princípio do direito à educação para todos. Em decorrência desse contexto de mudanças e efervescência democrática, em 1996, há a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com base na nova LDB, inaugura-se o novo modelo de Ensino Fundamental e Ensino Médio para o país. E, em 2001, foi instituído o primeiro Plano Nacional de Educação do país.

Em suma, com a redemocratização de 1985 temos as seguintes previsões constitucionais para o ensino no Brasil: a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a universalização do ensino fundamental obrigatório e gratuito e a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Concluindo o estudo

Importante considerarmos, nesta conclusão sobre o texto acerca dessa perspectiva histórica do Brasil, é o emprego de uma avaliação crítica sobre o movimento da educação ocorrido no país desde a longa presença dos jesuítas até os dias atuais, após a redemocratização.

Em Cunha (2012, p. 7) temos o que seja

consenso pensar que essa promoção educativa junto aos povos originários no Brasil, pelos jesuítas, está na sombra de um objetivo mais complexo: a sujeição desta população e a conquista de suas terras para o desenvolvimento dos colonizadores.

Essa premissa precisa ser considerada para que não seja romantizada a presença das missões jesuíticas em solo brasileiro.

Outro aspecto que precisamos considerar nesta breve conclusão foi a relevância do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova após 1934, que foi liderado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que por sua vez, lutavam por um modelo de escola gratuita, mista, laica, obrigatória e com condições que colocassem todos em condição de igualdade.

Por fim, com a redemocratização em 1985, a constituição vigente e a LDB em curso, a educação no Brasil ficou estruturada em termos de direito e diretrizes básicas para o seu funcionamento.

Referência

CUNHA, J. L. **História e Organização da Educação Brasileira**. Santa Maria: UAB/UFSM, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17131/Curso_Let-Esp-Lit_Historia-Organizacao-Educacao-Brasileira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2024.